



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ – SEFAZ**  
Concurso Público para o Provimento de Cargos de  
**Analista do Tesouro Estadual**  
Área de Conhecimento: **Geral**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

## PROVA 1

### PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

## INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Todos desanimamos em certo ponto, mas acredite que o melhor está por vir.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, líquido corretivo, régua, borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não serão permitidas nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**P1 – PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 7, baseie-se no texto abaixo.

**Perigo da Inteligência Artificial (IA) não vem dos robôs, mas de nós**

*Em seu livro mais recente, "The AI Mirror" ("O espelho da IA"), a filósofa americana Shannon Vallor sustenta que o perigo oferecido pela inteligência artificial é muito diferente do que se costuma imaginar. O "risco existencial" para nossa espécie não viria da progressiva substituição de gente por máquinas, geradora de desemprego e, no limite, de nossa extinção. O perigo estaria em nós mesmos, em nosso enamoramento pela imagem que a IA reflete, como o de Narciso em seu lago.*

*Especialista em ética da tecnologia, a autora acredita que, se não abrimos o olho, veremos "os poderes e virtudes mais vigorosos da espécie – nossa capacidade de pensamento criativo, ambição moral, imaginação política e, acima de tudo, sabedoria – serem afogados no espelho da IA". Afogados porque rendidos, entregues de graça ou em troca de miçangas coloridas. Terceirizados, por narcisismo e preguiça, a algoritmos que se baseiam no que decidimos no passado para decidir em nosso nome no futuro. Decidir tudo: escolher gente para vagas de emprego, prender gente com base em reconhecimento facial, dosar fluxos de socorro humanitário para populações flageladas, resumir um grosso relatório em meia página.*

*Mas qual seria o problema disso tudo, ferramentas que podem ser tão úteis na solução de problemas? Segundo a autora, o risco é nada menos que a estagnação da espécie. Junto com o poder de decidir, estamos abrindo mão do domínio dos próprios meios para a tomada de decisões: escrever, fazer contas, projetar, raciocinar, escolher.*

*Todas as tecnologias sempre desafiaram moralmente os seres humanos, levando-os a conceber novos valores e formas de viver em sociedade. A seta sempre apontou para o futuro – até agora. "Precisamos abraçar, renovar e aprofundar esse aprendizado moral", prega a autora, "porque a IA representa uma forte tentação de esquecê-lo, aceitando em seu lugar um reflexo pálido e estático daquilo que um dia soubemos a nosso respeito. Estamos diante de crises planetárias e civilizacionais que a humanidade nunca enfrentou antes. Você planejaria sua escalada de uma montanha perigosa e desconhecida olhando pelo espelho, para aquilo que ficou para trás?"*

(Adaptado de: RODRIGUES, Sérgio. **Folha de S.Paulo**. 02/04/2025)

1. A consideração ética central da filósofa americana Shannon Vallor quanto ao uso progressivo da Inteligência Artificial vem expressa neste segmento do texto:
  - (A) *progressiva substituição de gente por máquinas* (1º parágrafo).
  - (B) *ferramentas que podem ser tão úteis na solução de problemas* (3º parágrafo).
  - (C) *abrindo mão do domínio dos próprios meios para a tomada de decisões* (3º parágrafo).
  - (D) *Todas as tecnologias sempre desafiaram moralmente os seres humanos* (4º parágrafo).
  - (E) *A seta sempre apontou para o futuro* (4º parágrafo).
2. A afirmação *A seta sempre apontou para o futuro* (4º parágrafo) está considerando o fato de que
  - (A) a marcha da civilização sempre se fez como aperfeiçoamento da espécie humana, não conhecendo retrocessos.
  - (B) a tendência histórica e moral da tecnologia é visar a um futuro melhor, ameaçada agora pelas tentações da IA.
  - (C) a IA tem-se voltado exclusivamente para os tempos vindouros, abandonando preciosas conquistas do nosso passado.
  - (D) o endeusamento narcísico que acomete o homem moderno projeta um futuro pouco auspicioso para a ciência.
  - (E) a obsessão pelo futuro incontornável da IA leva o homem a negligenciar seus próprios fundamentos éticos.



3. Há no texto tanto o uso de **conceitos** como o de **linguagem figurada**, tal como ocorre, respectivamente, nas expressões
- (A) *enamoramento pela imagem / reflete como o de Narciso em seu lago* (1ª parágrafo).
  - (B) *nossa capacidade de pensamento criativo / ambição moral* (2ª parágrafo).
  - (C) *em troca de miçangas coloridas / Afogados porque rendidos* (2ª parágrafo).
  - (D) *estagnação da espécie / escalada de uma montanha perigosa* (3ª/4ª parágrafos).
  - (E) *crises planetárias e civilizacionais / aprofundar esse aprendizado moral* (4ª parágrafo).
- 
4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *geradora de desemprego e, no limite, de nossa extinção* (1ª parágrafo) = operadora de vacância e, limitadamente, da nossa absorção.
  - (B) *os poderes e virtudes mais vigorosos da espécie* (2ª parágrafo) = as pujanças virtuais da condição humana.
  - (C) *Terceirizados, por narcisismo e preguiça, a algoritmos* (2ª parágrafo) = transpostos por fórmulas de orgulho e desleixo.
  - (D) *o risco é nada menos que a estagnação da espécie* (3ª parágrafo) = a ameaça é precisamente o embotamento do gênero humano.
  - (E) *aceitando em seu lugar um reflexo pálido e estático* (4ª parágrafo) = substituindo-o por uma impressão vacilante e acomodada.
- 
5. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente respeitadas na frase:
- (A) Os riscos que ameaçam a quem recorram aos meios da IA são iminentes, caso não se lancem mão de medidas restritivas.
  - (B) Entre os danos que podem implicar o uso indiscriminado dos meios da IA, enumera-se os que nos destituem da condição de sujeitos.
  - (C) Enfatizam-se nos recentes estudos da filósofa americana sobre a IA seu alerta sobre o risco da despersonalização de quem abusem de seus usos.
  - (D) Não cabem aos simples usuários da IA tomar medidas preventivas contra os riscos a que se submete por falta de maiores informações.
  - (E) Não derivam do uso mesmo da IA os presumíveis prejuízos éticos, mas do enamoramento nosso pelas vantagens míticas de seu desempenho.
- 
6. É inteiramente adequada a articulação entre os tempos e os modos das formas verbais na frase:
- (A) Caso não aprofundemos a vigilância sobre os efeitos nefastos da IA, estaremos submetidos às deformações que provierem de seu uso indiscriminado.
  - (B) Se não aprofundarmos a vigilância sobre os abusos da IA, estaríamos nos submetendo aos danos que houvessem ocorrido com seu uso cego.
  - (C) Mesmo que quiséssemos reparar os prejuízos que haverão de decorrer do uso cego da IA, possivelmente já fora tarde demais.
  - (D) Os prejuízos morais que trouxerem os recursos da IA são de tal monta que poderia ter sido tarde demais para as providências corretivas.
  - (E) Uma vez que estivéssemos convencidos das possíveis deformações da IA, nos empenharemos em fazer dela um engenho que nos é útil.
- 
7. Especialista em ética da tecnologia, a filósofa americana demonstra justas preocupações quanto ao uso indiscriminado da IA. A frase acima poderia ser coerentemente introduzida, no contexto dado, pela expressão
- (A) Ainda que fosse
  - (B) Uma vez sendo
  - (C) Conquanto seja
  - (D) Embora sendo
  - (E) Não fosse por ser



**Atenção:** Para responder às questões de números 8 a 14, baseie-se no texto abaixo.

### Buscas de sentido

Se há algo que nos define como espécie é a busca de sentido da nossa própria vida. O poeta Carlos Drummond de Andrade imaginou um marciano que visitasse a Terra, desse conosco e voltasse para seu planeta intrigado com essa gente que existe para interrogar ou mesmo negar o sentido de sua existência. “Existirmos, a que será que se destina?” – interrogou Caetano Veloso numa canção sua.

Podemos especular que seriam três os principais caminhos tomados pelo homem na busca de resposta para essa pergunta fundamental: o do pensamento racional, o da crença religiosa e o da representação artística. No primeiro entroncam-se a ciência e a filosofia, como modos de investigar e agir sobre a realidade cognoscível; no segundo, a fé propõe bases e dogmas para se crer que o sentido de tudo opera num plano divino, a ser cultuado; no terceiro, o homem se faz ele mesmo criador de sentidos, que figura por meios simbólicos.

Ainda que diferentes, tais caminhos não precisam ser antagônicos. Há em cada um de nós mudanças de rotas, mistura de passos, misto de linguagens diversas. Ninguém duvida de que somos criaturas complexas. Nenhum desses recursos em que investimos para explicar o sentido da nossa vida tem uma resposta cabal. A ciência sabe que sua objetividade tem limites, além dos quais não pode se arriscar para perder o que já ganhou. Se a religião se dá como verdade atingida e completa, a teologia e os místicos não desprezam o valor da dúvida humana, que ajuda na sedimentação da perfeição divina. E a arte, tantas vezes, encontra um prazer maior em figurar o sentido por meio de instrumentos negativos, como a ironia, o humor, a reflexão desencantada.

Machado de Assis se diverte com o plano raso das criaturas que vivem de “achar o achado”, de se contentar com o lugar-comum. Mas o irônico humor machadiano tem um fundo sério, talvez trágico: o grande escritor se reconhece ele mesmo longe de qualquer verdade absoluta, e relativiza os valores humanos, mostrando sua falibilidade essencial.

“A que será que se destina?” Na canção popular, na tragédia clássica, nos laboratórios da ciência, nos templos, nos teatros, nos romances e nas telas, essa pergunta se impõe, mesmo quando simula alguma resposta. A cada passo que damos na chamada progressão civilizatória, a busca de sentido se refaz no subterrâneo do espaço avançado.

(Cláudio Thales de Araújo, a editar)

8. Em nosso caminho da *busca de sentido da nossa própria vida*,
- (A) a resposta definitiva é dada pela conjunção dos três principais caminhos tomados pelo homem, tal como indicado no 2º parágrafo.
  - (B) as referências a Drummond e a Caetano Veloso, no 1º parágrafo, constituem indicações positivas quanto ao rumo tomado.
  - (C) o antagonismo incontornável dos caminhos clássicos tomados pela humanidade atestam a complexidade do nosso gênio inquieto.
  - (D) Machado de Assis encontrou na ironia dos chavões um instrumento cortante para sugerir que o termo da busca já está dado.
  - (E) as respostas já intentadas na *progressão civilizatória* simulam afirmar-se como cabíveis, mas não suprimem nossa inquietação essencial.
- 
9. Há um correto reconhecimento de como opera um dos principais caminhos tomados pelo homem nesta proposição:
- (A) a ciência tem como dogma a infalibilidade das verdades que vai encontrando, desde que suficientemente demonstradas.
  - (B) a fé religiosa propõe que a verdade de tudo encerra-se num plano superior que só pode ser representado por simulações simbólicas.
  - (C) a representação artística elabora sua própria criação de sentidos, valendo-se para isso de recursos simbólicos e figurativos.
  - (D) os cientistas, ao contrário dos artistas ou dos fiéis religiosos, valem-se da imaginação para planejar sua busca de objetividade.
  - (E) os artistas, ao contrário dos cientistas e fiéis religiosos, não se propõem a buscar o que possa afastá-los dos valores absolutos.
- 
10. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *agir sobre a realidade cognoscível* (2º parágrafo) = atuar sobre parâmetros hipotéticos.
  - (B) *propõe bases e dogmas* (2º parágrafo) = instaura sínteses e razões.
  - (C) *tais caminhos não precisam ser antagônicos* (3º parágrafo) = essas rotas não demandam acordos.
  - (D) *por meio de instrumentos negativos* (3º parágrafo) = apoiando-se em operações de recusa.
  - (E) *mostrando sua falibilidade essencial* (4º parágrafo) = contestando sua plena transitoriedade.



11. *A cada passo que damos na chamada progressão civilizatória, a busca de sentido se refaz no subterrâneo do espaço avançado.*  
Numa nova, correta e coerente redação da frase acima, o segmento sublinhado poderá ser substituído por:
- (A) a investigação do significado restabelece-se por baixo do campo alcançado.
  - (B) a especulação do senso verdadeiro se ratifica ocultando-se no caminho.
  - (C) a inquirição sensorial reaplica-se minando-se no progresso retomado.
  - (D) a demanda da explicação se imiscui no plano último da conquista.
  - (E) a pesquisa sensitiva se duplica no fundamento obtido.
- 
12. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente observadas na frase:
- (A) Não cabem responder às essenciais interrogações com respostas que só a nossa imaginação mais libertária especulam.
  - (B) Correspondem a cada um dos três caminhos tomados pelo homem interrogações próprias do saber a que servem em sua busca.
  - (C) Haveriam nesses três caminhos antagonismos inconciliáveis ou apenas uma demonstração de quanto se revelam neles nossa complexidade.
  - (D) Nota-se na obra de Machado de Assis ironias e humores negativos, nos quais se atestam sua absorção pelos desenganos desta vida.
  - (E) São dignos de nota nos cientistas e nos artistas o esforço de abrir caminhos para que se ultrapasse os obstáculos do conhecimento humano.
- 
13. A frase *Existirmos, a que será que se destina?* terá tradução adequada e permanecerá gramaticalmente correta nesta outra redação:
- (A) De qual destino haverá em existirmos?
  - (B) A fim de qual destino será existirmos?
  - (C) Qual destino haverá em existirmos?
  - (D) A qual destino teremos em existir?
  - (E) Com qual destino teremos ao existir?
- 
14. Considere estes dois períodos:
- Ainda que diferentes, tais caminhos não precisam ser antagônicos. Há em cada um de nós mudanças de rotas, mistura de passos, misto de linguagens diversas.* (3<sup>o</sup> parágrafo)
- Analisando-se a relação de sentido estabelecida entre esses dois períodos, é correto afirmar que
- (A) ambos se opõem quanto ao ponto de vista implícito em suas respectivas afirmações.
  - (B) o primeiro período formula uma causa que tem o segundo como consequência.
  - (C) a finalidade do segundo período é relativizar o ponto de vista explícito no primeiro.
  - (D) a negativa presente no primeiro período deixa dúvida sobre o que se afirma no segundo.
  - (E) a afirmação do primeiro período encontra sua justificativa no segundo.

#### Matemática Financeira

15. Uma pessoa irá necessitar de R\$ 120.600,00 para adquirir um automóvel daqui a 8 meses. O menor valor (C), em 1.000 reais, que ela deve depositar hoje em um banco que remunera os depósitos de seus clientes a uma taxa de juros simples de 10,8% ao ano, com o objetivo de adquirir o automóvel daqui a 8 meses, é tal que
- (A)  $105 \leq C < 110$
  - (B)  $C < 105$
  - (C)  $C \geq 120$
  - (D)  $110 \leq C < 115$
  - (E)  $115 \leq C < 120$
- 
16. Dois títulos de valores nominais iguais a R\$ 30.000,00 e R\$ 50.000,00 deverão ser quitados daqui a 2 meses e 4 meses, respectivamente. O devedor propõe substituir estas duas obrigações por um único pagamento daqui a 6 meses. Utilizando a taxa de juros simples de 24% ao ano, obtém-se que o valor deste único pagamento tem de ser no valor de
- (A) R\$ 83.200,00
  - (B) R\$ 86.400,00
  - (C) R\$ 84.400,00
  - (D) R\$ 83.800,00
  - (E) R\$ 85.200,00



17. O valor dos juros referente a uma aplicação realizada na data de hoje pelo prazo de 6 meses a uma taxa de juros compostos de 3% ao trimestre é igual a R\$ 669,90. Caso esta aplicação seja realizada a uma taxa de juros simples de 15% ao ano, o valor dos juros será de
- (A) R\$ 825,00
  - (B) R\$ 840,00
  - (C) R\$ 750,00
  - (D) R\$ 1.080,00
  - (E) R\$ 990,00
- 
18. Uma empresa deverá quitar uma dívida de R\$ 40.400,00 na data de hoje. O banco permite que tal dívida seja liquidada por meio de duas prestações de valores iguais vencendo uma daqui a 1 mês e a segunda daqui a 2 meses considerando a taxa de juros compostos de 2% ao mês. O valor de cada prestação é de
- (A) R\$ 20.204,00
  - (B) R\$ 20.808,00
  - (C) R\$ 20.400,00
  - (D) R\$ 20.604,00
  - (E) R\$ 20.208,00
- 
19. Um capital no valor de R\$ 50.000,00 é aplicado, durante um ano, permitindo que seja resgatado um montante de R\$ 58.800,00 no final do período de aplicação. Se a taxa real de juros referente a esta aplicação foi de 5%, então a taxa de inflação verificada no período de aplicação foi de
- (A) 11,2%
  - (B) 12,6%
  - (C) 11,6%
  - (D) 11,8%
  - (E) 12,0%
- 
20. Um empréstimo no valor de R\$ 15.000,00 é concedido pelo prazo de um ano a uma taxa de juros nominal de 36% ao ano com capitalização trimestral. O montante do empréstimo, em reais, pode ser calculado multiplicando 15.000 por
- (A)  $4(1,36)^{1/12}$
  - (B)  $(1,36)^{1/3}$
  - (C)  $4(1,09)^{1/3}$
  - (D)  $(1,36/4 + 1)$
  - (E)  $(1,09)^4$
- 
21. Seja  $e$  a base dos logaritmos neperianos. Então o montante correspondente à aplicação de um capital no valor de R\$ 50.000,00, durante 2 anos, no regime de capitalização contínua a uma taxa de 15% ao ano, é igual, em reais, a
- (A)  $50.000(1 + e^{0,30})$
  - (B)  $50.000(1 + e^{0,15})^2$
  - (C)  $50.000e^{0,30}$
  - (D)  $100.000e^{0,15}$
  - (E)  $100.000(1 + e^{0,15})$
- 
22. Um título é descontado em um banco 4 meses antes de seu vencimento a uma taxa de desconto de 24% ao ano. Sabendo-se que foi considerada a operação de desconto comercial simples, obteve-se um valor atual igual a R\$ 18.768,00. Caso tivesse sido decidido descontar este título 2 meses antes de seu vencimento a uma taxa de desconto de 21% ao ano e também segundo uma operação de desconto comercial simples, o valor atual seria de
- (A) R\$ 19.686,00
  - (B) R\$ 19.584,00
  - (C) R\$ 19.201,50
  - (D) R\$ 19.635,00
  - (E) R\$ 19.176,00



23. Uma duplicata foi descontada 4 meses antes de seu vencimento segundo uma operação de desconto racional simples a uma taxa de desconto de 30% ao ano e verifica-se que o respectivo valor do desconto foi de R\$ 2.060,00. Caso esta duplicata tivesse sido descontada segundo uma operação de desconto comercial simples, com a mesma taxa de desconto de 30% ao ano, o valor atual do título seria de
- (A) R\$ 20.718,00  
(B) R\$ 20.394,00  
(C) R\$ 19.810,00  
(D) R\$ 20.754,00  
(E) R\$ 20.610,00
- 
24. Um título de valor nominal igual a R\$ 50.000,00 foi descontado 2 meses antes de seu vencimento apresentando um valor atual igual a R\$ 48.020,00. Sabe-se que foi utilizada uma operação de desconto comercial composto com uma taxa de desconto mensal de
- (A) 1,98%  
(B) 2,20%  
(C) 1,94%  
(D) 2,00%  
(E) 1,80%

### Estatística e Raciocínio Lógico

25. Considere um conjunto de dados com as seguintes medidas:
- Média = 10  
Mediana = 9  
Amplitude = 8  
Desvio-padrão = 3
- Se a cada valor do conjunto for somado o número 4, então o novo conjunto de dados terá
- (A) Média = 14, Mediana = 13, Amplitude = 8, Desvio-padrão = 3.  
(B) Média = 10, Mediana = 9, Amplitude = 12, Desvio-padrão = 3.  
(C) Média = 14, Mediana = 9, Amplitude = 8, Desvio-padrão = 3.  
(D) Média = 14, Mediana = 13, Amplitude = 8, Desvio-padrão = 7.  
(E) Média = 10, Mediana = 13, Amplitude = 8, Desvio-padrão = 7.
- 
26. Um comitê de 4 membros deve ser formado a partir de 6 auditores e 5 especialistas em tributos, com a condição de que o comitê contenha, pelo menos, 2 especialistas. O número possível de formações distintas é
- (A) 215  
(B) 205  
(C) 225  
(D) 190  
(E) 240
- 
27. Suponha que dois eventos, A e B, ocorram independentemente, com  $P(A) = 0,4$  e  $P(B) = 0,5$ . Então a probabilidade de ocorrer, pelo menos, um desses eventos é de
- (A) 60%  
(B) 50%  
(C) 70%  
(D) 80%  
(E) 90%
- 
28. O tempo para autuar um processo administrativo em um sistema automatizado é modelado por uma variável contínua com distribuição uniforme entre 8:00h e 11:00h, horário disponível para autuações de processos. A probabilidade de que uma declaração seja processada antes das 9:00h é
- (A)  $\frac{3}{4}$   
(B)  $\frac{1}{2}$   
(C)  $\frac{1}{4}$   
(D)  $\frac{1}{3}$   
(E)  $\frac{2}{3}$

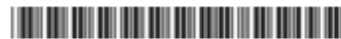


29. Em uma auditoria tributária, a probabilidade de uma declaração fiscal apresentar um erro é de  $1/4$ . Se um auditor examina 4 declarações de forma independente, a probabilidade de encontrar exatamente 2 declarações com erro é
- (A)  $54/128$   
(B)  $27/128$   
(C)  $9/32$   
(D)  $27/64$   
(E)  $27/256$
30. Em um departamento de arrecadação, o número de autos de infração com erros detectados em um dia segue uma distribuição de Poisson com média  $\lambda = 1$ . A probabilidade de que ocorra, no máximo, um erro em determinado dia, onde  $e$  corresponde à base dos logaritmos naturais com valor aproximado 2,718, é
- (A)  $2 - e^{-1}$   
(B)  $1 - e^{-1}$   
(C)  $e^{-1}$   
(D)  $1 - 2e^{-1}$   
(E)  $2e^{-1}$
31. Um auditor precisa examinar 100 declarações fiscais de um total de 500. Para isso, ele sorteia um número entre 1 e 5 e, a partir desse ponto, seleciona uma declaração a cada 5 registros para verificação. Esse método de seleção é conhecido como amostragem
- (A) aleatória simples.  
(B) sistemática.  
(C) estratificada.  
(D) por conglomerados.  
(E) por conveniência.

**Atenção:** Para responder às questões de números 32 e 33 utilize, se necessário, o quadro a seguir que fornece algumas informações da distribuição normal padrão ( $Z$ ), ou seja, as probabilidades  $P(0 < Z \leq z)$ .

$z$	0,25	0,50	0,52	0,84	1,00	1,25	1,28	1,50	1,64	2,00
$P(0 < Z \leq z)$	0,10	0,19	0,20	0,30	0,34	0,39	0,40	0,43	0,45	0,48

32. Em uma análise, os valores são modelados por uma distribuição normal com média 1 e desvio padrão 0,1. Então a probabilidade aproximada de que um valor seja superior a 1,2 é dada por
- (A) 95%  
(B) 5%  
(C) 10%  
(D) 40%  
(E) 2%
33. Uma fábrica produz pneus cuja vida média é normalmente distribuída, com média igual a 60.000 quilômetros e desvio-padrão de 4.000 quilômetros. Com base nisso, a probabilidade de um pneu dessa fábrica durar mais de 66.560 quilômetros é de
- (A) 2%  
(B) 15%  
(C) 20%  
(D) 5%  
(E) 10%
34. Considere uma regressão linear simples da forma  $y_i = b_0 + b_1x_i + e_i$ , onde  $b_0$  e  $b_1$  são parâmetros a serem estimados e  $e_i$  o termo aleatório, com média 0 e desvio-padrão  $\sigma^2$ . Sabe-se que a média dos valores de  $x_i = 10$  e a média dos valores de  $y_i = 50$ . Utilizando o método dos mínimos quadrados, o valor estimado de  $b_1$  foi 4, então o valor estimado do intercepto ( $b_0$ ) é dado por
- (A) 40  
(B) 15  
(C) 20  
(D) 30  
(E) 10

**Direito Constitucional**

35. Sandra naturalizou-se brasileira em 2022, tendo atentado, no Brasil, em 2024, contra a ordem constitucional brasileira e o Estado Democrático. Alexandre é brasileiro nato; contudo, como teve sua nacionalidade originária italiana reconhecida em 2024 por ser filho de mãe italiana, fez pedido expresso de perda da sua nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente. Cláudia, brasileira nata, adquiriu, em 2024, a nacionalidade alemã por naturalização voluntária, sem fazer pedido de perda da nacionalidade brasileira. Nessas situações, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, será declarada a perda da nacionalidade
- (A) a Sandra se, em virtude do atentado praticado por ela, tiver cancelada sua naturalização por sentença judicial, e a Alexandre, apenas.
  - (B) a Sandra, Alexandre e Cláudia.
  - (C) a Sandra se, em virtude do atentado praticado por ela, tiver cancelada sua naturalização por sentença judicial, e a Cláudia, apenas.
  - (D) a Alexandre e Cláudia, apenas.
  - (E) apenas a Sandra se, em virtude do atentado praticado por ela, tiver cancelada sua naturalização por sentença judicial.
- 
36. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, a ação direta de inconstitucionalidade NÃO pode ser proposta
- (A) por partido político com representação no Congresso Nacional.
  - (B) pela confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
  - (C) pelo Procurador-Geral da República.
  - (D) pela Mesa da Câmara dos Deputados.
  - (E) por Conselho Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil.
- 
37. Considere as seguintes situações hipotéticas: Samir, atual Prefeito da cidade X, localizada no Estado do Piauí, deseja se candidatar ao Governo do Estado do Piauí nas eleições de 2026. Solange, tia do atual Governador do Estado do Piauí, que exerce seu primeiro mandato e quer se candidatar à reeleição em 2026, deseja, apenas se o seu sobrinho for reeleito Governador, entrar para a política se candidatando, nas eleições de 2028, a Prefeita da cidade Y, onde reside, localizada no Estado do Piauí. Paulo, militar atualmente com cinco anos de serviço, deseja, em 2028, se candidatar a Prefeito da cidade Z, onde reside, localizada no Estado de Piauí. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, considerando apenas as informações fornecidas, para concorrer ao cargo pretendido, Samir deverá renunciar ao seu respectivo mandato até
- (A) 4 meses antes do pleito; Solange será elegível ao cargo pretendido, ainda que o seu sobrinho seja reeleito; e Paulo será elegível, ainda que não se afaste de sua atividade.
  - (B) 6 meses antes do pleito; Solange será elegível ao cargo pretendido, ainda que o seu sobrinho seja reeleito; e Paulo, para ser elegível, deverá afastar-se da sua atividade.
  - (C) 4 meses antes do pleito; Solange não será elegível ao cargo pretendido se o seu sobrinho for reeleito, pois são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau, do Governador do Estado; e Paulo, para ser elegível, deverá afastar-se da sua atividade.
  - (D) 6 meses antes do pleito; Solange será elegível ao cargo pretendido, ainda que o seu sobrinho seja reeleito; e Paulo será elegível, ainda que não se afaste de sua atividade.
  - (E) 6 meses antes do pleito; Solange não será elegível ao cargo pretendido se o seu sobrinho for reeleito, pois são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau, do Governador do Estado; e Paulo será elegível, ainda que não se afaste de sua atividade.
- 
38. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, são assegurados aos trabalhadores domésticos, dentre outros, os seguintes direitos:
- (A) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva; duração do trabalho normal não superior a seis horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
  - (B) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva; irreduzibilidade do salário, não podendo ser objeto de convenção ou acordo coletivo; décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
  - (C) décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
  - (D) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; repouso semanal remunerado, sempre aos domingos; irreduzibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
  - (E) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva; proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; repouso semanal remunerado, sempre aos domingos.



39. Considere:

- I. Pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- II. Pode ser proposta por qualquer cidadão, visando a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- III. Será concedido sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, os itens I, II e III referem-se respectivamente ao mandado de

- (A) injunção, à ação civil pública e ao mandado de segurança.
- (B) segurança coletivo, à ação civil pública e ao mandado de injunção.
- (C) segurança coletivo, à ação popular e ao mandado de injunção.
- (D) injunção, à ação popular e ao mandado de segurança coletivo.
- (E) injunção, à ação civil pública e ao *habeas corpus*.

40. A Constituição Federal de 1988, de acordo com o quanto nela constante, poderá ser emendada mediante proposta, dentre outros,

- (A) de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros, sendo a proposta discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único, considerando-se aprovada se obtiver dois quintos dos votos dos respectivos membros, salientando-se que a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- (B) do Presidente da República, sendo a proposta discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único, considerando-se aprovada se obtiver dois quintos dos votos dos respectivos membros, salientando-se que a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- (C) do Advogado Geral da União, sendo a proposta discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, dois quintos dos votos dos respectivos membros, salientando-se que a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- (D) do Advogado Geral da União, sendo a proposta discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único, considerando-se aprovada se obtiver três quintos dos votos dos respectivos membros, salientando-se que a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- (E) do Presidente da República, sendo a proposta discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros, salientando-se que a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

41. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, com relação ao Ministério Público está correto afirmar que

- (A) o Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- (B) aos membros do Ministério Público é garantida a vitaliciedade somente após três anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- (C) aos membros do Ministério Público é permitido participar de sociedade comercial, na forma da lei e, se em disponibilidade, exercer qualquer outra função pública.
- (D) o Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de vinte e sete membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, proibida a recondução.
- (E) é função institucional do Ministério Público promover a ação penal pública, além de exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe permitida a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.



42. De acordo com a Constituição do Estado do Piauí, com relação às medidas provisórias é correto afirmar que:
- (A) Cabe ao Estado do Piauí explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, permitida a edição de medida provisória para a sua regulamentação apenas quando a exploração ocorrer diretamente por esse Estado.
  - (B) Em caso de calamidade pública, o Governador do Estado do Piauí poderá adotar medidas provisórias com força de lei, devendo submetê-las, imediatamente, ao Congresso Nacional.
  - (C) Cabe ao Estado do Piauí explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, permitida a edição de medida provisória para a sua regulamentação apenas quando a exploração ocorrer mediante concessão.
  - (D) Em caso de calamidade pública, o Governador do Estado do Piauí poderá adotar medidas provisórias com força de lei, devendo submetê-las, imediatamente, à Assembleia Legislativa que, se estiver em recesso, será convocada, extraordinariamente, para se reunir no prazo de cinco dias.
  - (E) Cabe ao Estado do Piauí explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, permitida a edição de medida provisória para a sua regulamentação em ambos os casos.
- 
43. Letícia, servidora pública, perdeu, mediante processo administrativo, após quatro anos de efetivo exercício, o cargo de provimento efetivo para o qual foi nomeada em virtude de concurso público. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, a demissão de Letícia
- (A) não poderá ser invalidada, pois ela ainda não adquiriu estabilidade, o que ocorre somente após 5 anos de efetivo exercício.
  - (B) poderá ser invalidada por sentença judicial, sendo ela reintegrada, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
  - (C) poderá ser invalidada por sentença judicial ou processo administrativo, sendo ela reintegrada, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização.
  - (D) poderá ser invalidada por sentença judicial, sendo ela reintegrada, e o eventual ocupante da vaga, estável ou não, será obrigatoriamente posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, com direito a indenização.
  - (E) não poderá ser invalidada, pois ela ainda não adquiriu estabilidade, o que ocorre somente após 10 anos de efetivo exercício.
- 
44. Em conformidade com a Constituição do Estado do Piauí, a fiscalização do Município é exercida
- (A) sempre pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí que, de posse dos balancetes mensais e do balanço geral do Município, emitirá parecer prévio sobre as contas do Prefeito Municipal, cento e oitenta dias a contar do recebimento do balanço geral, sendo que o parecer prévio do Tribunal de Contas prevalecerá em qualquer circunstância, salvo se emitido fora do prazo, hipótese em que deverá passar por votação na Câmara Municipal.
  - (B) pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo, na forma da lei, e pela Câmara Municipal, mediante controle externo exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado do Piauí que, de posse dos balancetes mensais e do balanço geral do Município, emitirá parecer prévio sobre as contas do Prefeito Municipal, cento e oitenta dias a contar do recebimento do balanço geral, sendo que, somente por deliberação de metade dos membros da Câmara Municipal, não prevalecerá o parecer prévio do Tribunal de Contas.
  - (C) sempre pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí que, de posse dos balancetes mensais e do balanço geral do Município, emitirá parecer prévio sobre as contas do Prefeito Municipal, cento e oitenta dias a contar do recebimento do balanço geral, sendo que o Prefeito e as entidades da Administração indireta municipal, objetivando a efetivação do controle externo, enviarão apenas ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí o orçamento do exercício em vigor, até o dia 30 de junho, e os balancetes mensais, até noventa dias do mês subsequente ao vencido, acompanhados de cópias dos comprovantes de despesas.
  - (D) sempre pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí que, de posse dos balancetes mensais e do balanço geral do Município, emitirá parecer prévio sobre as contas do Prefeito Municipal, noventa dias a contar do recebimento do balanço geral, sendo que o Prefeito e as entidades da Administração indireta municipal, objetivando a efetivação do controle externo, enviarão apenas à Câmara Municipal o Plano Plurianual e o Plano Diretor, se houver, decorridos noventa dias de sua aprovação, e o balanço geral do Município, até cento e oitenta dias após o encerramento do exercício.
  - (E) pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo, na forma da lei, e pela Câmara Municipal, mediante controle externo exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado do Piauí que, de posse dos balancetes mensais e do balanço geral do Município, emitirá parecer prévio sobre as contas do Prefeito Municipal, noventa dias a contar do recebimento do balanço geral, sendo que, somente por deliberação de dois terços dos membros da Câmara Municipal, não prevalecerá o parecer prévio do Tribunal de Contas.

**Direito Administrativo**

45. Considere que um ente público esteja executando um programa de desmobilização de ativos mobiliários e imobiliários. Para tanto, providenciou avaliações independentes de sua participação acionária em empresas, assim como dos imóveis sem destinação. A alienação dos ativos
- (A) poderá ser feita sob o regime de direito privado, no que se refere aos títulos mobiliários, por se tratar de participação acionária em empresas de natureza jurídica privada.
  - (B) deverá ser feita por meio de regular licitação, dispensada autorização legislativa no caso dos imóveis comprovadamente sem destinação.
  - (C) sujeita-se ao regime jurídico de direito público, obrigatoriamente sob a modalidade concorrência ou, se o caso, mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação.
  - (D) submete-se ao regime legal de licitações, pois, mesmo no caso de participação acionária, a titularidade dos ativos pertence à pessoa jurídica de direito público.
  - (E) depende de autorização legislativa e de licitação, no caso de participação acionária, caso se trate de empresa com personalidade jurídica de direito público.
- 
46. A celebração de um acordo de cooperação entre um ente público e uma organização da sociedade civil permite concluir, de acordo com a Lei nº 13.019/2014, que
- (A) não há previsão de transferência de recursos financeiros em favor da entidade privada, o que afasta a necessidade de prévio chamamento público, exceto se a execução do objeto envolver compartilhamento de bens patrimoniais do ente público.
  - (B) o objeto da parceria reside na prestação de serviços públicos em sentido estrito, passíveis de delegação, caso haja finalidade lucrativa, por meio de contratos de gestão.
  - (C) a parceria foi celebrada após a realização de chamamento público, por meio do qual foi selecionada a proposta que indicasse, para a consecução das finalidades de interesse público, o menor valor de transferência financeira pelo ente público.
  - (D) era inexigível a realização de chamamento público, pois se tratava da única entidade privada com capacidade operacional para a execução das atividades, utilidades ou serviços públicos que compõem o objeto da parceria.
  - (E) a parceria se presta à consecução de atividades de interesse público e não abrange transferência de recursos financeiros, materiais, humanos, tampouco compreende compartilhamento de estrutura e de bens móveis ou imóveis.
- 
47. Pode ser exemplo de manifestação do exercício do controle externo dos atos da Administração Pública a
- (A) revogação de autorização de uso de imóvel público, cuja finalidade era a realização de evento de comemoração de entidade privada sem fins lucrativos.
  - (B) anulação de contrato administrativo celebrado com fundamento em inexigibilidade de licitação, em razão da não configuração da correspondente hipótese legal.
  - (C) anulação pelo superior hierárquico da autoridade emissora do ato de licença de edificação.
  - (D) revogação de contrato de locação em razão da comprovação de inexistência de substrato fático para fundamentar a dispensa de licitação realizada.
  - (E) decisão do Tribunal de Contas que susta e anula contrato administrativo celebrado por autarquia.
- 
48. A delegação de serviços públicos, em seu sentido amplo, pode transferir a execução de atividades ou de utilidades públicas, assim definidas pela legislação, para pessoas jurídicas de direito privado. Nesse sentido, a prestação de serviços públicos pode ser realizada, pela iniciativa privada, por meio de
- (A) outorga da titularidade de serviços públicos sociais ou de saúde a organizações sociais assim qualificadas, em processo próprio, pelo ente público outorgante.
  - (B) celebração de contratos de gestão com empresas estatais da mesma esfera federativa e constituídas sem finalidades lucrativas.
  - (C) celebração de contratos de gestão com organizações sociais para administração de uma unidade de saúde e prestação dos correspondentes serviços à população.
  - (D) delegação do exercício de poder de polícia, condicionado à outorga de titularidade do serviço público a entidade privada sem fins lucrativos.
  - (E) delegação por meio de contrato inominado, de natureza administrativa, desde que contemple a outorga da titularidade do serviço ou da utilidade ao delegatário e que estabeleça a integral remuneração do privado por meio de tarifa cobrada dos usuários.



49. Durante a realização de uma competição esportiva em uma escola estadual, uma parte da arquibancada recém-instalada para atender o público do evento cedeu, causando ferimentos nos familiares dos alunos que ali estavam. O socorro médico foi acionado, mas foi necessária transferência de algumas vítimas para internação hospitalar, em razão da gravidade das lesões.
- Diante do contexto fático narrado, pode(m) ser responsabilizado(s) pelos danos causados,
- (A) sob a modalidade objetiva, o agente público responsável pela gestão da unidade escolar, em razão de seu dever de ofício de zelar pela segurança das instalações do equipamento público.
  - (B) sob a modalidade objetiva, a empresa responsável pela construção ou instalação da arquibancada, remanescendo o Estado com a responsabilidade subjetiva subsidiária pelos danos ocorridos.
  - (C) o Estado, sob a modalidade objetiva, considerando a demonstração do nexo de causalidade entre os danos sofridos pelos familiares e a atuação dos agentes públicos que promoveram a contratação da empresa que realizou a construção ou instalação da arquibancada.
  - (D) a empresa responsável pela construção ou instalação da arquibancada, desde que comprovada culpa ou dolo de seus funcionários, remanescendo objetiva a responsabilidade do Estado e do agente público imbuído da gestão da unidade escolar.
  - (E) sob a modalidade subjetiva, o Estado, na qualidade de proprietário da unidade escolar, e, objetivamente, caso comprovada a tipificação de ato de improbidade, os agentes públicos responsáveis pela escolha e contratação da empresa que construiu as instalações da arquibancada.
- 
50. Consoante disciplina da Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, a configuração de atos dessa natureza
- (A) impõe a reparação do dano causado e, nos casos de cumulação com a sanção de multa, exclui a possibilidade de responsabilização dos dirigentes ou administradores da pessoa jurídica.
  - (B) depende da comprovação de dolo específico de seus dirigentes ou administradores, que também ficarão sujeitos à responsabilidade, em âmbito próprio.
  - (C) fica obstada diante de alienação do controle societário ou de incorporação, passando a responsabilização a pessoa jurídica adquirente ou incorporadora.
  - (D) aciona a possibilidade de imposição de sanção pecuniária, alternativamente à reparação integral do dano causado.
  - (E) não exime os dirigentes ou administradores de responsabilidade pessoal, mediante comprovação de culpa ou dolo.
- 
51. De acordo com a disciplina constitucional dos princípios que regem a atuação da Administração Pública e com as disposições da Lei Estadual nº 6.782/2016, que regula o processo administrativo no Estado do Piauí,
- (A) as decisões de natureza vinculada não precisam, por disposição expressa, apresentar os fundamentos para sua emissão, tendo em vista a ausência de discricionariedade.
  - (B) as razões de fato para emissão de uma decisão devem constar de seu texto, de forma a suscitar controle de legalidade e correspondente anulação, caso comprovada a inexistência dos pressupostos de fato para emissão do ato.
  - (C) em razão do princípio da publicidade, são nulos os atos praticados sem observância de forma, cabendo, necessariamente, o refazimento do mesmo e dos subsequentes.
  - (D) caso sejam apresentados requerimentos repetidos pelo interessado, a autoridade fica expressamente dispensada de analisá-los e decidi-los.
  - (E) a decisão proferida pela autoridade competente encerra o processo administrativo, sendo necessária instauração de novo processo para análise de pedidos e requerimentos posteriores, relacionados ao conteúdo ou à reforma da decisão.
- 
52. A Administração Pública de determinado estado da federação está implementando política de desenvolvimento industrial, pretendendo atrair novas instalações em seu território e, com isso, promover incremento da oferta de empregos e da economia local. No bojo dessa política, desenvolveu programas específicos para alguns setores da indústria, dentre eles, a possibilidade de concessão de linhas de crédito com taxas de juros reduzidas e subvenções financeiras. A iniciativa
- (A) viola o princípio constitucional da isonomia, não sendo lícito aos entes públicos destinar apoio a setores específicos da indústria, apenas à totalidade dos estabelecimentos dessa natureza.
  - (B) não dependeria da elaboração de programa ou ação específicos, tendo em vista que não é exigida a apresentação de justificativa ou de fundamentos para as escolhas feitas pela Administração Pública referentes às suas políticas públicas.
  - (C) dispensa a necessidade de procedimento de chamamento ou de licitação, tendo em vista que o favorecimento de determinados beneficiados guarda fundamento em objetivo mais amplo e propiciará criação de oportunidades de desenvolvimento para toda a população do estado.
  - (D) depende da realização de procedimento de licitação para contratação das empresas beneficiadas, instrumentos que viabilizarão a adequada remuneração pelos investimentos realizados pela iniciativa privada.
  - (E) insere-se no contexto de implementação de políticas públicas como instrumentos de desenvolvimento da sociedade, a exemplo do fomento a setores industriais cuja instalação no território do estado ensejará oportunidades de progresso econômico e social.



53. A propósito dos atos administrativos, como instrumentos de manifestação de vontade da Administração Pública, destaca-se, quanto à validade,
- (A) a obrigatoriedade de estabelecimento de prazo para vigência e validade dos atos administrativos, não sendo admitido o estabelecimento de prazo indeterminado.
  - (B) que a vigência dos atos está necessariamente atrelada à sua validade, de forma que observados os requisitos de validade para edição do ato, este se tornará, imediatamente, vigente.
  - (C) que esta não depende, em todos os casos, de sua publicação, mas esta pode ser estabelecida como condição para eficácia dos mesmos.
  - (D) a possibilidade de ser decretada, a qualquer tempo, a invalidade dos atos jurídicos pela própria Administração Pública ou pelo Poder Judiciário.
  - (E) a possibilidade de anulação dos atos ser promovida pela própria Administração Pública, mediante critérios de oportunidade e conveniência, resguardando-se a produção de seus efeitos.
- 
54. A pretensão de criação de uma pessoa jurídica de direito público, com atribuições de formular, executar e disciplinar a política pública ambiental em um estado da federação, podendo, ainda, exercer fiscalização e autuação de infrações em razão de descumprimento da correspondente legislação, permite concluir que
- (A) será necessária edição de lei para criação e disciplina do escopo institucional do ente, cuja natureza jurídica é de autarquia.
  - (B) poderá ser escolhido entre uma autarquia de fiscalização e uma empresa pública, ambas que dependem de autorização legislativa para sua instituição.
  - (C) deverá ser encaminhada, pelo Executivo, proposta de edição de lei para criação de uma sociedade de economia mista com autonomia funcional, orçamentária e financeira.
  - (D) poderá ser instituída uma fundação, única espécie de pessoa jurídica integrante da Administração Pública Indireta para a qual pode ser outorgada titularidade de serviços públicos e delegado poder de polícia.
  - (E) poderá ser criada, por lei, uma fundação autárquica, mantendo-se o controle acionário sob a titularidade do ente federado.
- 

#### Conhecimentos Regionais

55. Dentre os aspectos que marcam a importância histórica da cidade Oeiras, encontram-se:
- (A) A existência da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória, cuja construção é datada do século XVII e pertence ao conjunto urbano tombado pelo IPHAN em 2012.
  - (B) O título de patrimônio mundial reconhecido pela Unesco e seu casario colonial em estilo eclético datado do século XIX.
  - (C) O vínculo com o Caminho das Tropas e sua relevância na história da construção da rodovia Transamazônica iniciada no fim do século XIX.
  - (D) O fato de ter sido a primeira capital da Capitania de São José do Piauí, criada no século XVII, e a existência de um centro histórico que mantém as edificações coloniais mais antigas do estado, como o Sobrado Nepomuceno.
  - (E) A origem como vila a partir de um aldeamento indígena, como se verifica na etimologia tupi de seu nome, e sua importância como parada de tropeiros.
- 
56. O papel do comandante militar João José da Cunha Fidié no processo de Independência do Piauí consistiu
- (A) na organização de um polo de resistência portuguesa no Maranhão a fim de dar apoio às lutas no Piauí, onde também saiu vitorioso, sendo enviado a Portugal após ter cumprido sua missão militar.
  - (B) no enfrentamento que protagonizou, na condição de Governador das Armas de Piauí, a tropas lideradas por independentistas daquela província, como José Pereira Filgueiras, que assumiu o posto de Fidié ao derrotá-lo.
  - (C) em liderar as tropas fiéis a Portugal contra as tropas que lutavam pela Independência, resultando em batalhas sangrentas como a de Jenipapo, evento marcante da história do Piauí, que foi comemorado em um julgamento histórico simbólico desse comandante, realizado em 2024, em Campo Maior.
  - (D) em uma reviravolta política ao abandonar a defesa de Portugal e aderir ao projeto independentista, sob a promessa, oferecida pela elite local piauiense, de exercer o cargo de governador do Piauí.
  - (E) em assinar a rendição das tropas portuguesas, após a sua derrota em Campo Maior, tendo sido preso por traição à Pátria e conduzido à forca, na Bahia.
-



57. Um dos patrimônios piauienses reconhecidos pela Unesco é o Parque Nacional da Serra da Capivara, que abriga
- (A) a Fundação do Homem Americano, entidade científica responsável por consagrar a tese de que a ocupação humana do continente deu-se por migrações pelo Estreito de Behring.
  - (B) a cidade histórica mais antiga do estado, São Raimundo Nonato, além de cânions e espécimes da flora e da fauna do bioma da caatinga, sendo, por isso, considerado oficialmente um patrimônio misto.
  - (C) as ossadas humanas de datação mais remota encontradas no país, pela arqueóloga Niéde Guidon, que fez suas primeiras escavações na região nos anos 1970.
  - (D) centenas de sítios arqueológicos, muitos dotados de pinturas rupestres, e vasta área de preservação natural, perfazendo sua importância como patrimônio cultural da Humanidade.
  - (E) o local onde foi encontrado o fóssil de Luzia, considerada a mulher mais antiga do continente e que representou uma descoberta revolucionária para a arqueologia brasileira.
- 
58. A revolta conhecida como Balaiada
- (A) emergiu no Maranhão e logo contou com a adesão da população do Piauí, uma vez que seus líderes defendiam a abolição da escravidão, o fim da exploração pela coroa portuguesa e a unificação das duas províncias sob um governo republicano.
  - (B) foi um movimento que eclodiu no período regencial motivado pelas péssimas condições de vida dos escravos e trabalhadores livres, pela crise do comércio do algodão, somadas à insatisfação de diversos setores sociais com os governos locais, alastrando-se do Maranhão para o Piauí e o Ceará.
  - (C) ocorreu no contexto da Primeira República, marcado pelo declínio da pecuária que intensificou a pobreza nos estados onde essa atividade era preponderante e o questionamento do coronelismo vigente, tendo sido violentamente reprimida, com a morte e a deportação de seus líderes, após três anos de lutas.
  - (D) representou a insatisfação das camadas desfavorecidas do norte e nordeste do país, contra as imposições do Segundo Reinado como a cobrança abusiva de impostos que refreava o desenvolvimento da região, sendo motivada, ainda, pela herança escravista de exploração do trabalho e as disputas políticas pelos governos das províncias.
  - (E) resistiu, ao longo de cinco anos, às tropas governamentais que promoveram seguidos cercos e massacres, no Pará, Maranhão e Piauí, aos que lutavam pela independência dessa região em relação a Portugal, além de reivindicarem melhorias imediatas das condições de vida e trabalho.
- 
59. O bandeirante Domingos Jorge Velho
- (A) implantou fazendas de gado no Piauí, após ter se consagrado e enriquecido com a difícil vitória sobre o Quilombo dos Palmares.
  - (B) causou o extermínio de populações locais indígenas sendo, por isso, assassinado, já em sua maturidade, em uma emboscada no interior do Piauí.
  - (C) é considerado o fundador do Piauí, uma vez que foi o primeiro a desbravar o território e a construir a vila de São João da Parnaíba, às margens do rio que lhe dá nome.
  - (D) foi condecorado pela coroa portuguesa por sua contribuição à colonização do Piauí e à fundação do primeiro povoado, que batizou de Teresina em homenagem à imperatriz.
  - (E) atuou, junto do português Domingos Afonso Mafrense, no combate a indígenas não apenas na região do Piauí mas também no Maranhão e no Ceará.
- 
60. A agropecuária, atividade econômica importante do Piauí, concentra-se sobretudo no
- (A) sudeste do estado, área favorecida pelas áreas cultivadas e de pasto também existentes em Pernambuco, que contribuem para a integração interestadual.
  - (B) centro-norte do estado, onde a capital Teresina aglutina os investimentos nesse setor.
  - (C) sudoeste do estado, onde municípios como Baixa Grande do Ribeiro e Uruçuí se destacam na produção de grãos.
  - (D) norte do estado, pois a proximidade do Delta do Parnaíba facilita o escoamento da produção.
  - (E) sul do Estado, abarcando o sudoeste e o sudeste, uma vez que essa macrorregião é dominada pela Serra da Capivara, ambiente que concilia pecuária, agricultura e ecoturismo.
- 
61. A respeito dos setores industriais mais rentáveis no Piauí, na atualidade, merecem destaque por sua participação no PIB do estado:
- (A) alimentação e metalurgia.
  - (B) extração de minérios e produção de biocombustível.
  - (C) construção e Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP).
  - (D) produção de energia eólica e atividade pesqueira.
  - (E) indústria automobilística e produção de celulose.



62. São manifestações culturais importantes no Piauí e consideradas patrimônio cultural nacional:
- (A) o Bumba Meu Boi e a festa de Nossa Senhora dos Navegantes.
  - (B) as festas juninas e o beiju.
  - (C) a capoeira e o samba de cumbuca.
  - (D) a arte da rabeça e o festival de verão de Parnaíba.
  - (E) a arte santeira em madeira e a cajuína.
- 
63. O agente público, ao expressar suas opiniões publicamente em situações como palestras, aulas ou publicações, deve, de forma condizente com os princípios da ética profissional,
- (A) abdicar dessa forma de expressão, uma vez que tem autorização para manifestar-se, como cidadão, apenas no exercício de sua função.
  - (B) registrar que as opiniões ali veiculadas ou expressas são de caráter pessoal e não representam o posicionamento do órgão ao qual está vinculado.
  - (C) transferir o convite para seus superiores antes de aceitar qualquer proposta que represente uma exposição pública pessoal.
  - (D) exprimir posicionamentos pessoais que reiterem aqueles defendidos pelo governo responsável pelo órgão ao qual esteja vinculado.
  - (E) compartilhar com o público sua condição profissional, demonstrando que suas opiniões são corretas por serem embasadas em informações e experiências vivenciadas no exercício de sua função.
- 
64. A decisão de que Teresina se tornasse a capital do Piauí
- (A) levou em conta as vantagens de sua localização às margens do Rio Parnaíba, de modo a favorecer um maior desenvolvimento da província, na segunda metade do século XIX.
  - (B) ocorreu em função de um projeto de cidade planejada, abundante em área verde, e em terreno menos árido que sua antecedente, Oeiras, no começo do século XX.
  - (C) foi motivada pelo crescente desenvolvimento da cidade de Caxias, no Maranhão, como forma de fazer frente a essa concorrência, em meados do século XX.
  - (D) foi tomada por José Antonio Saraiva, presidente da província, mediante a chancela da Imperatriz Teresa Cristina, em meados do século XVIII.
  - (E) resultou da escolha de um lugar seguro para sediar a administração da província, entre os rios Paranaíba e Poti, em virtude de ataques frequentes que a ameaçavam na segunda metade do século XVII.
- 
65. O monumento à Batalha de Jenipapo, situado em Campo Maior, representa
- (A) um obelisco que marca o único conflito armado pela independência que ocorreu na história do Brasil, com a vitória das tropas independentistas, apesar do alto número de baixas.
  - (B) o reconhecimento, por meio de um museu, de um cemitério e de um memorial, do esforço das tropas piauienses que contiveram o exército estrangeiro que defendia a lealdade política a Portugal.
  - (C) um patrimônio histórico de grande significado para os cidadãos de Campo Maior, na medida em que os moradores dessa cidade viveram um longo período de cerco pelas tropas que defendiam Portugal.
  - (D) uma homenagem aos mortos no confronto ocorrido às margens do rio Jenipapo, pela Independência, em uma batalha que, apesar da derrota dos independentistas, significou um marco importantes desse processo histórico.
  - (E) o mausoléu onde estão os túmulos dos soldados mortos na maior batalha pela independência que ocorreu no Nordeste, e que resultou na expulsão definitiva dos portugueses.
- 
66. Considere o texto a seguir:
- A pecuária sempre funcionou, economicamente, de forma integrada à economia do açúcar e do algodão. Além de animal de tiro, o couro servia para o transporte de açúcar (os pães de açúcar de couro) e os "surrões" para o transporte de algodão descendo o Parnaíba, ou o Itapecuru.*
- (Adaptado de: MARCONDES, R. L. e FALCI, M. B. **Escravidão e reprodução no Piauí: Oeiras e Teresina**. Ribeirão Preto: FEA-USP, 2001, p. 6)
- O papel da pecuária piauiense, durante o período colonial
- (A) possuía um claro viés de exportação para o mercado europeu, uma vez que estava atrelada a produtos com esse fim e muito lucrativos.
  - (B) tinha um vínculo estreito com as demandas da economia local e com as necessidades do mercado em nível regional e nacional.
  - (C) estava condicionada à proximidade do litoral, uma vez que era motivada pela necessidade de transporte de mercadorias.
  - (D) representava uma atividade secundária na província e na região, uma vez que a economia estava concentrada na produção agrícola e aurífera.
  - (E) competia com outros produtos cultivados no sistema de *plantation*, muito mais rentáveis por utilizarem mão de obra escrava.



67. Petrônio Portella, em cuja homenagem há uma estátua em Teresina, foi um político que ficou conhecido como "estrela civil da ditadura" conforme consta no material explicativo acerca de seu retrato pintado à óleo, disponível no *site* do Museu do Senado. Essa alcunha tem relação com
- (A) o apoio imediato que deu ao golpe civil-militar de 1964, ainda no dia 31 de março.
  - (B) a postura de defensor da democracia ao longo do período ditatorial, razão pela qual teve seu mandato cassado.
  - (C) sua atuação coordenando uma missão em apoio à Abertura "lenta, gradual e segura" que se iniciou durante o governo do general Ernesto Geisel.
  - (D) seu posicionamento político, como governador do Piauí, de contestação da presença de militares no poder.
  - (E) a aliança que articulou entre civis e militares para a efetivação da "Revolução Democrática Brasileira" que depôs o presidente em exercício em 1961.

68. Considere o texto a seguir:

*Alguns dos participantes das várias expedições para combater os índios no sertão ao longo da primeira metade do século XVIII conseguiram sesmarias e se instalaram, justamente, nos sertões que haviam ajudado e ajudavam a devassar. Era o caso, por exemplo, de Damaso Pinheiro de Carvalho, "um dos primeiros povoadores da capitania do Piauí" (1715, riacho das Cabras); do nosso já conhecido Francisco Cavalcante de Albuquerque (1719, rio Mearim); de Francisco de Almeida, "capitão da conquista atual" (1727, rio Mearim); de Manuel da Silva Pereira (1726, próximo ao rio Parnaíba); de Antônio Gomes Leite (1728, próximo ao rio Gurgueia); e de João Nogueira de Sousa (1729, instalado no Itapecuru).*

(Adaptado de: CHAMBOULEYRON, R e MELO, V. S de. **Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII)**. Rev. Hist. (São Paulo) (168), jan.-jun. 2013)

A partir dessas informações,

- (A) os mencionados povoadores eram recompensados com a aquisição de terras por terem combatido e exterminado indígenas na região.
  - (B) os bandeirantes mencionados buscavam construir sesmarias e fortes em locais próximos a rios, uma vez que se dedicavam ao transporte fluvial e eram alvo de ataques indígenas.
  - (C) os "sertões" designavam, em todo o território colonial, locais de seca extrema, fator que motivava a ocupação, por indígenas e brancos, de áreas às margens de rios e riachos.
  - (D) a ocupação do Piauí se deu pela ação de expedições militares vindas de Portugal que se chocaram com a resistência indígena.
  - (E) a oficialização da capitania do Piauí ocorreu após expedições para apresamento de indígenas, permitindo aos capitães se tornarem donos de sesmarias, também conhecidas como Capitânicas Hereditárias.
69. A presença dos jesuítas durante o período colonial na região do Piauí
- (A) deixou pouquíssimas marcas ou vestígios históricos, uma vez que eles não conseguiram se estabelecer em razão da resistência dos indígenas.
  - (B) ocorreu em diversas localidades do estado, com a instalação de aldeamentos, missões e administração de fazendas, contribuindo para os projetos de colonização da Coroa portuguesa até esta decidir pela expulsão da Companhia de Jesus.
  - (C) enfrentou o constante combate armado contra os povoadores brancos, que viam nos jesuítas um empecilho para utilizar a mão de obra indígena em suas atividades.
  - (D) foi impulsionada, ainda que tardiamente, pelo Conde de Oeiras que buscou missionários para disseminar a catequese e a consequente disciplinarização dos indígenas, dados os constantes conflitos na região.
  - (E) teve o propósito de assegurar a conversão de judeus em cristãos-novos, dada a grande quantidade dessa população entre os povoadores brancos, bem como fazer valer as leis do Tribunal do Santo Ofício nessa região.
70. A população que se declara como quilombola no Piauí, segundo dados do último Censo aplicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),
- (A) é a parcela majoritária da população do estado, sendo sucedida pelos cidadãos que se declaram indígenas.
  - (B) se distribui por diferentes comunidades pelo território piauiense, todas reconhecidas pelo INCRA, com terras demarcadas e protegidas.
  - (C) representa proporcionalmente a quantidade de escravizados que habitavam o território e que configuravam a maioria da população.
  - (D) conforma o maior contingente populacional de quilombolas dos estados do Nordeste, sendo sucedido por Bahia e Maranhão.
  - (E) perfaz diversas comunidades, algumas delas numerosas como no caso de Lagoas, considerada uma das maiores comunidades quilombolas do Brasil.



## Tecnologia da Informação

71. A equipe de uma Secretaria da Fazenda está analisando pagamentos pendentes de empresas em diferentes categorias de transações. Para isso, foi gerada a tabela 1, de dados financeiros, denominada Dados Brutos. A equipe deseja calcular o total pendente de cada empresa por categoria. Para isso, criou a tabela 2 auxiliar denominada Cálculo de Pendências. Ambas as tabelas foram criadas em uma planilha no Microsoft Excel.

Tabela 1 – Dados Brutos

	A	B	C	D	E
1	Data	Empresa	Categoria	Valor R\$	Status
2	01/03/2024	Alfa Ltda	Importação	150.000,00	Pago
3	05/03/2024	Beta S.A.	Exportação	250.500,00	Pendente
4	07/03/2024	Gama Ltda	Importação	300.200,00	Pago
5	10/03/2024	Beta S.A.	Exportação	120.750,00	Pendente
6	12/03/2024	Delta ME	Nacional	80.400,00	Pago
7	15/03/2024	Alfa Ltda	Importação	170.300,00	Pendente
8	18/03/2024	Beta S.A.	Exportação	280.600,00	Pago

Tabela 2 – Cálculo de Pendências

G	H	I
Empresa	Categoria	Total Pendente R\$
Beta S.A.	Exportação	
Alfa Ltda	Importação	

Com base nos dados fornecidos e em condições ideais, a fórmula correta para calcular o **Total Pendente** da empresa Beta S.A., na célula I2, de forma que ela possa ser arrastada para preencher corretamente o valor da empresa Alfa Ltda, abaixo, na célula I3, é:

- (A) =SOMASE(D:D;E:E;"Pendente")  
 (B) =SOMASE(D:D;E:E;"Pendente";B:B;G2)  
 (C) =SOMASES(D:D;C:C;G2;B:B;H2;E:E;"Pendente")  
 (D) =SOMAPRODUTO((B:B=G2)\*(C:C=H2)\*(E:E="Pendente")\*(D:D))  
 (E) =SOMASES(D:D;E:E;"Pendente";B:B;G2;C:C;H2)
72. Uma Secretaria da Fazenda mantém um banco de dados com informações sobre empresas e suas fiscalizações. A tabela FISCALIZACAO contém os campos id\_fiscalizacao (PK), id\_empresa, data\_fiscalizacao, status e valor\_multa. Em condições ideais, a consulta SQL que retorna a quantidade de fiscalizações com status Concluída e o total arrecadado com multas por empresa é:
- (A) SELECT id\_empresa, COUNT(\*) AS total\_fiscalizacoes  
FROM FISCALIZACAO WHERE status = 'Concluída' GROUP BY id\_empresa;  
 (B) SELECT id\_empresa, COUNT(\*) AS total\_fiscalizacoes, SUM(valor\_multa) AS total\_arrecadado  
FROM FISCALIZACAO WHERE status = 'Concluída' GROUP BY id\_empresa;  
 (C) SELECT id\_empresa, COUNT(id\_fiscalizacao) AS total\_fiscalizacoes, COUNT(valor\_multa) AS  
total\_arrecadado FROM FISCALIZACAO WHERE status = 'Concluída' GROUP BY id\_empresa;  
 (D) SELECT id\_empresa, COUNT(\*) AS total\_fiscalizacoes, AVG(valor\_multa) AS total\_arrecadado  
FROM FISCALIZACAO WHERE status = 'Concluída' GROUP BY id\_empresa;  
 (E) SELECT id\_empresa, COUNT(DISTINCT id\_fiscalizacao) AS total\_fiscalizacoes,  
COUNT(valor\_multa) AS total\_arrecadado  
FROM FISCALIZACAO WHERE status = 'Concluída' GROUP BY id\_empresa;
73. Uma Secretaria da Fazenda está estruturando seu banco de dados para garantir a integridade e a eficiência das consultas sobre as fiscalizações historicamente realizadas. Para isso, foi criada uma estrutura relacional robusta, da qual fazem parte as tabelas abaixo. Considera-se que uma empresa pode ser fiscalizada várias vezes.

```
CREATE TABLE EMPRESA (
  id_empresa INT PRIMARY KEY,
  nome VARCHAR(255) NOT NULL
);
```

```
CREATE TABLE FISCALIZACAO (
  id_fiscalizacao INT PRIMARY KEY,
  id_empresa INT,
  data_fiscalizacao DATE NOT NULL,
  status VARCHAR(20) NOT NULL,
  FOREIGN KEY (id_empresa) REFERENCES EMPRESA (id_empresa) ON DELETE CASCADE
);
```

Em condições ideais, um comportamento correto resultante dessa estrutura é:

- (A) Caso um registro da tabela EMPRESA seja excluído, a exclusão será impedida pelo SGBD, pois há uma relação de integridade referencial entre as tabelas.  
 (B) Para garantir a integridade referencial, seria necessário adicionar um índice à coluna id\_empresa na tabela FISCALIZACAO, pois a integridade referencial só pode ser aplicada em colunas indexadas.  
 (C) Se uma empresa for removida da tabela EMPRESA, todas as fiscalizações associadas a essa empresa na tabela FISCALIZACAO serão automaticamente excluídas, devido à cláusula ON DELETE CASCADE definida na FK.  
 (D) Durante a exclusão em cascata (cascading delete), os bloqueios são aplicados apenas às linhas da tabela EMPRESA, garantindo que as operações de exclusão na tabela FISCALIZACAO ocorram sem afetar a concorrência do banco de dados.  
 (E) O comando DELETE FROM EMPRESA WHERE id\_empresa = 3 resultará em erro, caso existam registros correspondentes na tabela FISCALIZACAO, pois a integridade referencial impede a exclusão de registros referenciados.



74. Uma Secretaria da Fazenda está implementando um Data Warehouse para aprimorar a análise histórica de dados fiscais e otimizar a tomada de decisões estratégicas. A melhor prática para garantir a qualidade dos dados e a eficiência das consultas é
- (A) implementar um *pipeline* de ETL estruturado, aplicando técnicas de limpeza, agregação e conformidade dos dados antes do carregamento no Data Warehouse, para assegurar a integridade referencial, a consistência semântica e a performance das consultas analíticas.
  - (B) priorizar um modelo ELT (*Extract, Load, Transform*) em vez de ETL, pois carregar os dados diretamente no Data Warehouse antes da transformação proporciona maior flexibilidade para ajustes futuros e evita a perda de informações relevantes.
  - (C) modelar a estrutura do Data Warehouse exclusivamente com tabelas de fato, pois elas armazenam os eventos principais e eliminam a necessidade de tabelas dimensionais, otimizando o armazenamento e a posterior análise.
  - (D) projetar a modelagem dimensional garantindo que a funcionalidade de *drill up* permita explorar os dados em níveis de detalhamento cada vez mais específicos e que a funcionalidade de *drill down* agregue informações para gerar análises mais resumidas e sintéticas.
  - (E) evitar processos de carga periódica no Data Warehouse e utilizar prioritariamente ETL em tempo real, garantindo que todas as análises sejam feitas com base em *snapshots* de dados mais recentes e relevantes.
- 
75. De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), dados pessoais sensíveis são aqueles que possuem um nível maior de proteção devido ao seu potencial de impacto na privacidade do titular. Nesse contexto, é considerado um dado pessoal sensível:
- (A) Nome completo e endereço residencial.
  - (B) Número de telefone e *e-mail* pessoal.
  - (C) CPF e RG.
  - (D) Origem racial ou étnica.
  - (E) Histórico de compras em lojas virtuais.
- 
76. Após um incidente crítico, a equipe de TI de uma organização acionou o *Disaster Recovery Plan* (DRP) para restaurar os sistemas e retomar as operações de forma segura e eficiente. Durante esse processo, foi necessário priorizar a recuperação dos sistemas mais críticos, buscando orientação para isso
- (A) no Programa de Gestão de Riscos, que estabelece diretrizes, normas e procedimentos para identificar, avaliar e tratar riscos, contribuindo para a prevenção de incidentes, mas sem definir a ordem de recuperação de sistemas em cenários de desastre.
  - (B) na Política de Segurança da Informação, que define diretrizes gerais para a proteção de dados e mitigação de riscos, mas não fornece critérios específicos para priorização de sistemas após incidentes.
  - (C) na Análise de Impacto no Negócio (BIA – *Business Impact Analysis*), que permite avaliar os impactos financeiros, operacionais e regulatórios da interrupção dos serviços, mas depende da integração com outros elementos do DRP para ser efetiva na priorização de recuperação.
  - (D) no RPO (*Recovery Point Objective*), que determina o ponto no tempo até o qual os dados devem ser recuperados, indicando a tolerância à perda de dados, mas sem definir quais sistemas devem ser priorizados na recuperação.
  - (E) no Plano de Ação, que descreve etapas operacionais a serem seguidas após um incidente, mas não estabelece critérios para a priorização dos sistemas com base em impacto ao negócio.
- 
77. Uma Secretaria da Fazenda deseja utilizar o Power BI para analisar dados de licitações, com o objetivo de identificar padrões de gastos e otimizar o processo de compras. O conjunto de dados inclui as seguintes colunas:
- ID da Licitação: Identificador único de cada licitação.
  - Descrição do Item: Descrição do item adquirido.
  - Valor Total: Valor total da licitação.
  - Fornecedor: Nome do fornecedor vencedor.
  - Data da Licitação: Data em que a licitação foi realizada.
- A melhor maneira de utilizar o Power BI para identificar os fornecedores que mais recebem contratos com valores elevados é:
- (A) criar um gráfico de linhas com *Data da Licitação* no eixo X e *Valor Total* no eixo Y.
  - (B) utilizar a função *Média* para calcular o valor médio das licitações por *Descrição do Item*.
  - (C) criar uma tabela com *Fornecedor* e *Valor Total*, e utilizar a função *Soma* para agregar os valores por fornecedor.
  - (D) criar um gráfico de dispersão com *Fornecedor* no eixo X e *Data da Licitação* no eixo Y.
  - (E) utilizar a função *Desvio Padrão* para calcular a variação dos valores das licitações.



78. Uma Secretaria da Fazenda deseja otimizar a arrecadação de impostos e melhorar a eficiência fiscal. Para isso, é necessário monitorar e analisar indicadores de desempenho e métricas financeiras. O órgão possui os seguintes dados:

- Valor Total Arrecadado: Montante total de impostos arrecadados.
- Taxa de Inadimplência: Percentual de contribuintes que não pagaram impostos no prazo.
- Custo de Arrecadação: Despesas com pessoal, tecnologia e outros recursos para arrecadar impostos.
- Tempo Médio de Processamento de Pagamentos: Tempo médio para processar um pagamento de imposto.
- Número de Notificações de Débito Emitidas: Quantidade de notificações enviadas a contribuintes inadimplentes.

Fornece a melhor visão da eficiência da Secretaria o indicador

- (A) Valor Total Arrecadado.
- (B) Taxa de Inadimplência.
- (C) Número de Notificações de Débito Emitidas.
- (D) Tempo Médio de Processamento de Pagamentos.
- (E) Custo de Arrecadação.

79. Ao requisitar uma página web por meio do protocolo HTTP, uma máquina cliente faz uso de um protocolo da camada de transporte da pilha TCP/IP, estabelecendo conexão com o servidor a partir do envio de uma solicitação do tipo

- (A) SYN, iniciando o *three-way handshake* do TCP e o servidor responde a solicitação por meio de um SYN e ACK.
- (B) DNS, para converter endereços MAC em endereços IP antes da comunicação e o servidor responde com o endereço IP correto do servidor HTTP.
- (C) ARP, iniciando a conversão de caracteres para um código ASCII e como resposta o servidor envia uma sequência ASCII do tipo *established*.
- (D) UDP, contendo o número de sequência e a janela de transmissão dos segmentos e como resposta o servidor envia uma mensagem do tipo *Echo Reply*.
- (E) Open, indicando a necessidade de estabelecimento de conexão e o receptor responde com uma mensagem do tipo *synchronized*.

80. Um Analista, ao verificar o sistema de arquivo das versões mais recentes do Windows, dentre elas o Windows 11, identificou que no site da Microsoft o sistema de arquivo primário é descrito como:

- (A) FAT32: utiliza cotas de disco para acompanhar e controlar o uso de espaço em disco em volumes FAT32 para usuários individuais.
- (B) NTFS: oferece recursos avançados, incluindo segurança por meio de ACL (Lista de Controle de Acesso) para arquivos e pastas, além de suporte para criptografia de unidade de disco BitLocker.
- (C) NTFS: possui diário de Metadados, que garante a integridade do sistema de arquivo após uma falha do sistema e suporta até 4GB de máximo de arquivo.
- (D) XFS: possui diário de Metadados, que garante a integridade do sistema de arquivo após falha do sistema.
- (E) exFAT: é otimizado para dispositivos de armazenamento externo, como pendrives e cartões SD, por não possuir limites de tamanho de arquivo.